



EDITORIAL

SOBRE AS BIOSOCIABILIDADES E O FINAL DA VIDA
ABOUT BIOSOCIABILITY AND THE END OF LIFE
ACERCA DE LAS BIOSOCIABILIDADES Y EL FINAL DE LA VIDA

Maria Henriqueta Luce Kruse¹
Franciele Roberta Cordeiro²

Doi: 10.5902/2179769217530

A formação de grupos com interesses comuns é uma tendência no contemporâneo. As pessoas reúnem-se para conversar sobre sexualidade, política, educação, saúde, entre outros assuntos. A mediação pela tecnologia favoreceu a aproximação entre os sujeitos. Alguns estudos apontam o papel terapêutico das redes sociais nas questões de saúde, sejam elas no ambiente virtual ou não. Elas sustentam apoio e solidariedade entre pessoas que possuem uma característica ou uma doença em comum.

Reunir-se em prol de um objetivo relaciona-se com a possibilidade de manutenção da vida e do biopoder, o qual nos remete a uma série de táticas em prol do fazer viver. Esse tipo de poder modula comportamentos, organiza física, social e economicamente a gestão dos processos vitais.¹ No contexto do biopoder, hoje, despontam as biossociabilidades. Esse conceito aborda a organização dos sujeitos para manter a vida.² Paul Rabinow desenvolve o conceito de biossocialidade tomando como base os deslocamentos provocados na vida pela biologia e a medicina molecular desde meados do século XX. O autor aponta o gerenciamento do risco como uma das principais funções da biologia neste tempo. Indica que a criação de novas identidades a partir dos estudos sobre o genoma humano, o desenvolvimento de técnicas que otimizam a produção de alimentos e a terapêutica genética, possibilitam a detecção de características “perigosas” para a manutenção da vida. Sob essa lógica, identifica-se a necessidade de intervir sobre as doenças mesmo antes que elas possam aparecer. Quando isso não for possível, articulam-se meios para que as pessoas acometidas por determinada patologia consigam estar funcionais, tanto quanto possível.²⁻³

Transita-se em um território em que, para gerir os riscos, é preciso associar fatores individuais para desenvolver uma doença e a probabilidade de ter a doença. A biologia e a genética propõem modos de expandir o tempo de vida, especialmente pelo mapeamento de genes responsáveis por doenças hereditárias, como o Alzheimer. Exemplo disso, o caso da atriz Angelina Jolie que recentemente removeu os seios, ovários e trompa, após descobrir a predisposição genética para doença neoplásica. Como o acesso às promessas da ciência nem sempre está ao alcance de todos, constituem-se agrupamentos e associações de pessoas da comunidade, médicos, enfermeiros, juristas, que compartilham experiências sobre doenças, formas de reorganização familiar e mesmo informações sobre como viver e conviver com as doenças ainda incuráveis.² Assim, é possível pensar em uma forma de biossociabilidade que se situa no biopoder mas está relacionada com o deixar morrer. Observamos associações de pessoas com Esclerose Múltipla, Alzheimer, que visam o compartilhamento de experiências e a busca de benefícios para organizar o cotidiano. Constituem-se, também, associações para organizar o modo como se morre. Elas são compostas por pessoas “comuns”, do meio científico, religioso e jurídico. No Brasil, a

¹ Professor Associado da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFRGS. E-mail: kruse@uol.com.br

² Enfermeira. Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFRGS. E-mail: francielefrc@gmail.com



Associação Brasileira de Cuidados Paliativo (ABCP) e a Academia Nacional dos Cuidados Paliativos (ANCP) mobilizam os assuntos sobre o final da vida e estão em contato, especialmente com redes de pacientes com câncer, para discutir sobre cuidados paliativos, a morte e, recentemente, sobre as Diretivas Antecipadas de Vontade.

Tais associações atuam sobre aqueles considerados incapazes dentro de uma sociedade, dos quais também é preciso ocupar-se.⁴ Elas preocupam-se com as pessoas doentes e em processo de morrer. Apontam o domicílio como o local de escolha para o cuidado e para a morte.⁴⁻⁵ Suas práticas modulam e são moduladas por políticas do Estado. No contexto do final da vida, as biossociabilidades favorecem a domesticação da morte, seja por meio da aceleração do processo de morrer ou assegurando o acesso aos serviços de cuidados paliativos.

Referências

1. Foucault M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes; 2008.
2. Rabinow P. Antropologia da razão: ensaios. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1999.
3. Rose N. A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulus; 2013.
4. Maciel MGS, Rodrigues LF, Naylor C, Bettega R, Barbosa SM, Burlá C, et al. Critérios de qualidade para os cuidados paliativos no Brasil. Rio de Janeiro: Diagraphic; 2009.
5. Jacquemin D, Broucker D. Manuel de soins palliatifs. 4^a ed. Paris: Dunod; 2014.